

IAOD do Deputado Lei Chan U em 15.12.2022

Planear, de forma prospectiva, o desenvolvimento atempado dos direitos e interesses laborais

Nos últimos três anos, devido à pandemia, o desenvolvimento dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores ficou basicamente estagnado. O Governo, para além de proceder, nos termos da lei, à revisão regular das respectivas leis e regulamentos, não dispõe de qualquer plano prospectivo para o referido desenvolvimento e, no relatório das LAG para o próximo ano, também não há referências sobre isto, o que muito me preocupa e lamento.

A pandemia persiste há três anos e o ambiente de negócios piorou, e, para ultrapassar as dificuldades, as empresas tomaram várias medidas para reduzir os custos operacionais, como a redução do horário de trabalho e as férias sem vencimento, o que deu origem a vários problemas sobre os direitos e interesses laborais. Por exemplo, o subemprego, o pagamento de salários aos trabalhadores isolados devido à prevenção da epidemia, etc. Mais, se o trabalhador for infectado durante o trabalho, isso constitui um acidente de trabalho ou deve classificar-se como doença profissional? Há que clarificar, quanto antes, as questões sobre como avaliar se os trabalhadores foram infectados por motivos de trabalho e como garantir os direitos e interesses laborais dos trabalhadores infectados por esses motivos.

Recentemente, o Interior da China relaxou gradualmente as políticas de prevenção e controlo de epidemia, e a economia de Macau já consegue ver luz ao fundo do túnel, entrando numa nova era de recuperação. Assim, o Governo e a sociedade devem começar a reflectir sobre as questões relativas à protecção dos direitos e interesses laborais e ao desenvolvimento na fase pós-pandémica, nomeadamente, proceder, quanto antes, à revisão e aperfeiçoamento dos trabalhos face aos conflitos laborais surgidos durante a epidemia. Mais, as políticas e medidas provisórias criadas para promover o emprego durante o surto epidémico devem ser objectos de reflexão. Isto vai continuar a ser aplicado ou vai acabar de acordo com a conjuntura?

É de salientar que a revisão legislativa às leis laborais é um trabalho árduo e demorado, e, na última revisão à Lei das Relações de Trabalho, apresentada pelo Governo, foram precisos 5 anos até à sua entrada em vigor! Actualmente, o Governo não tem planos para o desenvolvimento deste trabalho e, se os direitos e interesses laborais dos trabalhadores ficarem sujeitos a um “longo período relativamente estático”, será isto uma atitude proactiva?

Na realidade, a diversificação dos interesses e das pretensões conduz, inevitavelmente, a litígios laborais, só que as divergências não devem transformar-se em impedimento ao desenvolvimento dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores, nem motivo ou pretexto para a sua estagnação. O mais importante é que o Governo tenha a coragem de assumir as responsabilidades e de agir com sinceridade e determinação. A adopção de uma

atitude de “andar com a pulga atrás da orelha” e de “agradar a gregos e a troianos” só vai prejudicar o desenvolvimento dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores, e ainda a harmonia laboral e patronal, bem como a estabilidade social.

Espero que o Governo proceda, quanto antes, à revisão e ao aperfeiçoamento sistemático de uma série de diplomas legais das relações laborais, nomeadamente, a Lei das relações de trabalho, o Regime de garantia de créditos laborais e a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, e determine, com uma visão prospectiva, o rumo e o objectivo do desenvolvimento dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores, elevando, oportuna e racionalmente, os padrões de trabalho, e desenvolvendo esses direitos e interesses de acordo com a evolução do tempo, com vista a uma articulação estreita com a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada de “1+4” do Governo.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 15.12.2022

Reforço contínuo dos trabalhos de prevenção do jogo

O Campeonato do Mundo de Futebol está a decorrer e muitos residentes de Macau estão atentos. A fim de prevenir e combater as actividades de apostas ilegais, a Polícia Judiciária (PJ) realizou, recentemente, acções de fiscalização e divulgação sobre a prevenção de crimes, alertando o público para não explorar ou participar em actividades ilegais de apostas em futebol. Mais, foram realizadas campanhas de sensibilização contra as apostas vindas do exterior, para transmitir aos jovens informações sobre a prevenção e a recusa do jogo. A mesma autoridade inspeccionou vários locais onde se concentram muitos adeptos de futebol, como bares, cibercafés, salões de bilhar, restaurantes e estabelecimentos de diversão, e aí foram desenvolvidas campanhas de sensibilização sobre a prevenção de crimes. Concordo com o trabalho especial que as autoridades realizaram, consoante as diferentes situações, e acredito que isso pode ser eficaz na prevenção de crimes.

De acordo com o “Inquérito sobre a Participação dos Residentes de Macau nas Actividades do Jogo 2022”, divulgado em Agosto deste ano pelo Instituto de Estudos sobre a Indústria do Jogo da Universidade de Macau, nos últimos anos, a participação dos residentes de Macau no jogo tem apresentado uma tendência de descida, passando de 51,5 por cento, em 2016, para 30,1 por cento neste ano. Isto demonstra que os trabalhos de prevenção do jogo ilícito desenvolvidos pelos diversos serviços públicos têm sido eficazes. O estudo aponta para cinco modalidades de jogo em que os residentes de Macau estão mais envolvidos, entre as quais as apostas nos jogos desportivos. Apesar de a percentagem não ser elevada, o certo é que o valor médio das apostas é muito mais elevado do que o verificado noutros tipos de jogo. Esta é uma situação que merece a nossa atenção, porque os jovens são, em particular, facilmente atraídos para participarem na prática do jogo.

De acordo com os resultados de um inquérito social sobre os indicadores da juventude de Macau, nos últimos anos, mais de 15 por cento dos nossos jovens participaram em actividades relacionadas com o jogo. Com o aparecimento do jogo *online*, o jogo através de *software* de comunicação tornou-se ainda mais ocultado. Nos últimos anos, têm sido frequentes os casos de jogo *online* envolvendo estudantes, e esses jogos misturam elementos de apostas e de diversão, estando disfarçados de jogos populares. No início, a participação nesses jogos até é gratuita, por isso, movidos pela curiosidade, os jovens podem facilmente ser desviados para maus caminhos, sem se aperceberem de que estão viciados no jogo de apostas *online*. Segundo o nosso conhecimento, muitos servidores de *websites* de jogo ilegal estão localizados no exterior, o que dificulta o tratamento desse problema por parte das autoridades. Sugiro ao Governo que continue a reforçar os contactos com os governos do Interior da China e do exterior, para obter mais informações e bloquear esses *websites*, a fim de reduzir o acesso dos jovens ao jogo de apostas *online*. Os professores devem dar mais atenção e consciencializar a próxima geração para estar longe desses jogos de apostas. Os encarregados de educação também devem dar o exemplo, para que a próxima geração possa, desde pequena, estar consciente da necessidade do seu afastamento do jogo de apostas, e da utilização correcta da *internet*.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 15.12.2022

Prestar atenção às políticas de circulação de veículos de Macau no Interior da China e do reconhecimento mútuo das cartas de condução

Há dias, o Governo referiu que os trabalhos relativos à “circulação de veículos de Macau no Interior da China” e ao “reconhecimento mútuo das cartas de condução” estavam quase concluídos. O Conselho de Estado já aprovou a política de “isenção de garantia aduaneira”, e há dias, foi publicada no Boletim Oficial uma ordem executiva, na qual se delegam poderes ao Secretário para os Transportes e Obras Públicas para, em nome da RAEM, celebrar com o Ministério de Segurança Pública o Acordo entre o Interior da China e a RAEM sobre o Reconhecimento Recíproco das Cargas de Condução. Acredita-se que, em breve, serão divulgadas boas notícias sobre estas duas políticas.

Na realidade, no contexto da promoção pelo Estado da integração entre Guangdong e Macau, a política de entrada de veículos, com matrícula única de Macau, em todo o território de Guangdong, tem sido alvo de grande atenção dos residentes, especialmente, nos últimos anos, com o avanço da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, pois muitos residentes de Macau estão a trabalhar, a estudar e a viver nas cidades da Grande Baía. Surgem muitas vozes na sociedade a pedir ao Governo que concretize a “circulação de veículos de Macau no Interior da China”, para facilitar a circulação dos residentes na Grande Baía.

Com vista ao aperfeiçoamento das referidas políticas, apresento as seguintes quatro sugestões:

1. Aperfeiçoar e simplificar os procedimentos de requerimento

É grande a procura dos residentes em relação à circulação de veículos no Interior da China, e tomando por referência os pedidos de circulação em Hengqin, é necessário passar por vários procedimentos, como a apresentação de informações, inspeção, entrevista e instalação dos cartões electrónicos respectivos, assim, espero que os procedimentos sejam simplificados ou até que se criem serviços *one-stop*, para facilitar os pedidos dos residentes. Segundo a AMCM, já houve diálogo com o sector local para se preparar bem para a implementação da política de "reconhecimento mútuo do seguro", para os donos de veículos só precisarem de comprar um seguro com cobertura nas 3 regiões. Espero que o Governo faça bem os trabalhos de coordenação, em prol da concretização desta política.

2. Promover a interligação entre as políticas de circulação de veículos locais em Hengqin e no Interior da China

Segundo a resposta do Secretário para a Segurança a uma questão minha sobre a circulação de veículos locais no Interior da China, a política de circulação de veículos locais em Hengqin não é igual à que se aplica ao Interior da China. Na primeira, a circulação está limitada a Hengqin, e os veículos só entram e saem pelo posto fronteiriço

de Hengqin; mas quanto à segunda, a circulação faz-se em toda a Província de Guangdong, e os veículos só podem passar pelo posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o que é um inconveniente para os residentes. O posto fronteiriço de Hengqin já esteve várias vezes fechado devido às inundações nos canais destinados aos veículos, afectando as pessoas que moram ou trabalham em Hengqin. Espero que o Governo negocie com a Província de Guangdong para quebrar, quanto antes, as limitações da passagem transfronteiriça entre Zhuhai, Hengqin e Macau, facilitando as deslocações dos residentes.

3. Fazer bem o arranjo do trânsito

Quanto às medidas complementares, olhando para a política de circulação de veículos de matrícula única em Hengqin, verificamos que esta conduziu a uma enorme pressão na passagem da fronteira e no trânsito devido à falta de medidas complementares, por exemplo, longas filas nas horas de ponta, portanto, espero que as autoridades façam bem os devidos preparativos e definam bem as medidas complementares, planeando bem o trânsito, aperfeiçoando as instalações complementares nos postos fronteiriços, realizando testes de pressão e definindo um mecanismo para tratamento de incidentes imprevistos.

4. Avaliar de forma global o “reconhecimento mútuo das cartas de condução”

Quanto ao “reconhecimento mútuo das cartas de condução”, muitas pessoas querem a implementação desta medida, para facilitar quer a condução quer a obtenção da carta de condução do Interior da China por parte dos residentes. No entanto, a sociedade também teme que a implementação desta medida aumente a pressão do trânsito e conduza a problemas de segurança rodoviária, devido ao aluguer de veículos para conduzir em Macau entre outros motivos, ou até agrave o problema dos motoristas ilegais, portanto, espero que as autoridades avaliem, de forma dinâmica, o impacto do “reconhecimento mútuo das cartas de condução” no trânsito de Macau, reduzindo os perigos ocultos através do aperfeiçoamento das medidas. Sugiro ainda às autoridades que forneçam informações sobre os diplomas legais relativos ao trânsito e segurança rodoviária, melhorem o mecanismo sancionatório para os motoristas ilegais e reforcem a inspecção e a aplicação da lei, com vista à prevenção eficaz e ao combate ao trabalho ilegal.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 15.12.2022

Espero que o Governo aumente o número de lares para idosos e reforce o apoio comunitário, aperfeiçoando os respectivos serviços

Para aperfeiçoar os serviços aos idosos e concretizar a política de "prestação de cuidados pela família e manutenção dos idosos no domicílio", o Governo tem, de facto, trabalhado muito, ao longo dos anos. Para além da construção de lares para idosos, o Governo tem prestado, através da cooperação com as instituições cívicas, apoio comunitário aos idosos. Segundo as Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, vai ser criado um centro de dia para idosos e criada uma nova equipa de serviços de cuidados domiciliários e de apoio. No entanto, o envelhecimento da população duplicou nestes últimos dez anos, e o rácio de dependência de idosos agravou-se, passando para seis adultos a sustentar um idoso, o que aumentou significativamente a procura de serviços para cuidado dos idosos.

As vagas nos lares de idosos e nos cuidados diurnos e temporários são insuficientes em Macau. O tempo de espera por vaga nos lares de idosos é de cerca de 18 meses, por isso, recebo, frequentemente, pedidos de apoio de residentes que alegam que a saúde dos seus familiares idosos está a degradar-se e que não conseguem cuidar de si próprios, e como os familiares não têm possibilidade de ficar em casa todo o dia porque têm de trabalhar, enfrentam muitos problemas enquanto esperam por uma vaga num lar. Nos últimos anos, o Governo implementou o "Projecto-Piloto do Subsídio para Cuidadores", mas o âmbito dos destinatários é muito limitado, por isso, deve ser alargado e, para os idosos e suas famílias que não têm capacidade para assegurar os respectivos cuidados, o mais importante é a prestação de apoio dos respectivos serviços, por isso, a sociedade espera que o Governo disponibilize mais medidas de apoio aos idosos, para estes poderem obter cuidados adequados e, assim, se possa diminuir a pressão dos cuidadores.

Em primeiro lugar, tendo em conta os dados dos censos 2021, o Governo pode conhecer melhor os dados sobre a população idosa, a sua proporção e a sua distribuição habitacional, e sobre a situação dos idosos que vivem sozinhos e das famílias com dois idosos. Espero que o Governo avalie a oferta e a procura de serviços dos lares de idosos e de cuidados especiais diurnos e que, para além de construir mais lares na Zona A, reserve terrenos para planear o aumento do número de lares de idosos e dos serviços de acolhimento temporário, no sentido de reduzir o tempo de espera por vagas nos lares.

Para além disso, tendo em conta que o sistema de cuidados comunitários contribui para elevar a qualidade de vida dos idosos e aliviar a pressão dos cuidadores, o Governo deve avaliar a procura de serviços de cuidados domiciliários e de apoio, e as respectivas equipas que prestam serviços de diagnóstico e tratamento ao domicílio, reforçar o investimento de recursos para otimizar os serviços, aumentar adequadamente o número de vagas e aperfeiçoar a cobertura dos serviços, a fim de dar resposta às necessidades dos idosos de cada zona. O pessoal das equipas, incluindo pessoal médico, assistentes sociais, pessoal de enfermagem, motoristas, pessoal de apoio logístico, etc., desempenham um papel importante, continuando a melhorar a qualidade dos serviços, especialmente durante

a pandemia, em que a prestação de serviços domiciliários e os trabalhos de prevenção epidémica aumentaram significativamente, portanto, as autoridades devem tomar a iniciativa de verificar se o quadro de pessoal da equipa dos serviços aos idosos é suficiente, e prestar atenção à pressão sentida pelo pessoal. Mais, a fim de assegurar a estabilidade e a qualidade dos serviços, o Governo deve atribuir mais recursos e aperfeiçoar o regime de subsídios ao pessoal, etc., empenhando-se em ajudar a estabilizar a equipa dos trabalhadores que prestam cuidados domiciliários, para que mais profissionais e trabalhadores experientes dos serviços sociais possam continuar a desenvolver os cuidados aos idosos.

Por último, o Governo deve, com base no “Plano de Apoio Financeiro para a Aplicação da Gerontecnologia”, reforçar a promoção do conceito de cuidados inteligentes para idosos, e para além da sua aplicação nas residências para idosos, deve a mesma alargar-se aos outros serviços de cuidados aos idosos, incentivando mais instituições a criarem equipamentos de tecnologia inteligente. O Governo pode ainda ajudar as instituições de serviço social, os utentes e os cuidadores a familiarizarem-se com esta tecnologia, para elevarem a qualidade e a eficácia dos serviços, aliviar a pressão do pessoal que presta cuidados aos idosos, para estes obterem cuidados mais adequados.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 15.12.2022

Promover o desenvolvimento da indústria do ouro e da joalheria de Macau

Refere-se, expressamente, no Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, que será dado apoio ao desenvolvimento do processamento de diamantes brutos, e criado um mercado de transacções de diamantes brutos e de pedras preciosas ao nível mundial. Ao mesmo tempo, sublinha-se no Relatório das LAG/23, a promoção da reconversão e diversificação industrial. Serão desenvolvidas as actividades de troca de diamantes e pedras preciosas e a sua transformação, por forma a contribuir para fomentar, gradualmente, uma cadeia industrial de jóias. O desenvolvimento da Grande Baía dá novo significado ao desenvolvimento da indústria de diamantes e pedras preciosas, e acrescenta novo ímpeto ao desenvolvimento de novas indústrias, em prol da promoção da diversificação adequada da economia de Macau. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das indústrias de marca de Macau contribuirá ainda mais para o enriquecimento industrial da Grande Baía.

Mas não se pode ignorar que, para além de diamantes e pedras preciosas, a indústria do ouro em Macau é uma das indústrias tradicionais cujo desenvolvimento se verifica ainda hoje. Ao longo dos anos, graças aos esforços do Governo e da indústria envolvida, o comércio de ouro de Macau já tem renome de consumo seguro no exterior. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), as vendas a retalho de relógios e jóias em Macau representaram 29 por cento do total das vendas anuais no ano de 2021, ocupando o primeiro lugar da lista de vendas a retalho em Macau.

Guiada pela política de promover o desenvolvimento de um Centro de comércio de diamantes e pedras preciosas de classe mundial na Zona de Cooperação Aprofundada, Macau tornou-se a nova intermediária ao nível dos recursos diamantíferos brutos sino-portugueses. Actualmente, as funções da indústria de diamantes e pedras preciosas e da indústria do ouro em Macau ainda não foram totalmente desenvolvidas, e a produção e a venda a retalho ainda não foram totalmente ligadas para formação de uma cadeia

industrial completa. Por exemplo, o “Centro de comércio de diamantes e pedras preciosas” está na parte superior da cadeia, e a cadeia industrial completa deve também abranger, pelo menos, invenções e *design*, produção e transformação, exibição e exposição, venda por grosso e a retalho, etc. Assim, para quebrar o gelo, é essencial fazer pleno uso da orientação política e dos recursos de ambos os locais para formar uma cadeia industrial completa e uma ecologia industrial saudável e sustentável.

Assim, sugiro o seguinte:

1. O desenvolvimento da indústria de ourivesaria e joalheria de Macau envolve terrenos, protecção ambiental, licenciamento, desalfandegamento, funcionamento, etc., por isso é difícil desenvolver-se por si só na sociedade, e é preciso o impulsionamento do Governo. Por exemplo, este ano, foi permitido primeiro às pessoas com passaportes de 41 países fazerem quarentena em Macau sem autorização prévia, mas foram excluídas as dos países que o sector da joalheria mais precisa (como a Índia, o Paquistão, a Rússia, Angola, Moçambique), e Macau ficou assim atrás de Hong Kong.

2. O Governo deve reforçar mais a integração das políticas com as plataformas de cooperação Zhuhai-Macau, sobretudo a “Zona de Cooperação Aprofundada” e a “Zona de Zhuhai do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau”, estudar a facilitação e a informatização do desalfandegamento e da logística de produtos, a segurança da transacção e o planeamento do terreno exclusivo e do edifício do Parque Industrial; definir políticas para reforçar a supervisão do cumprimento das normas sobre o desenvolvimento do mercado regional de ouro e diamante; e atrair as empresas transformadoras de ouro dos países da indústria internacional de diamantes e pedras preciosas para comunicarem com as do Interior da China, formando um *cluster* desta indústria.

3. Aperfeiçoar a cadeia industrial de ourivesaria e joalheria para promover o desenvolvimento do sector. Para formar uma cadeia industrial completa que integre a transacção de matérias-primas e o processamento, a concepção e a venda dos produtos acabados, é necessário um plano de criação da indústria de ourivesaria e joalheria que vise

a comunicação integrada e vertical das diferentes operações do processo produtivo, para se aumentar o valor acrescentado da produção através de um maior desenvolvimento das operações nas vertentes da transacção de diamantes em bruto, e do seu corte e lixamento. O desenvolvimento deve ser também maior na concepção e transformação de produtos de joalharia, nas refinarias de ouro, nas agências de testagem de jóias, no comércio a retalho, etc. Deve-se promover de forma activa a instalação em Macau das actividades que necessitam de menos terreno industrial, como *design*, peritagem e transacção, e apoiar o desenvolvimento das marcas de empresas locais com um mercado de menor dimensão, principalmente, as do *design* e de produção especializada, apoiando assim a reconversão da indústria transformadora de Macau para um desenvolvimento de elevada qualidade e valor acrescentado.

4. Promover activamente o desenvolvimento diversificado da plataforma de exposição, para aumentar ainda mais a influência do sector de joalharia de Macau, e aprofundar o diálogo com os países produtores de matérias-primas de jóias e os países consumidores a nível mundial. Deve-se atrair para Macau a organização de eventos internacionais desse sector, como fóruns e feiras de grande dimensão.

5. Introduzir os talentos de alto nível do sector da joalharia para promover a formação de profissionais locais, implementar os trabalhos estratégicos relacionados com talentos desse sector e estabelecer um sistema de avaliação do nível profissional.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 15.12.2022

Protecção do ambiente e redução do plástico

Para salvaguardar a qualidade ambiental de Macau, nos últimos anos, o Governo deu muita atenção à protecção ambiental e à redução do plástico, e implementou várias medidas, por exemplo, lançou a Lei sobre restrições ao fornecimento de sacos de plástico, assim como as medidas de controlo de recipientes de esferovite descartáveis e de palhinhas e agitadores de plástico não degradáveis e descartáveis; mais, vai proibir, a partir do próximo dia 1 de Janeiro, a importação de facas, garfos e colheres de plástico não degradáveis e descartáveis, medida que vai ainda mais longe do que as das regiões vizinhas, merecendo o nosso reconhecimento.

Falta apenas meio mês para implementar a referida medida de proibição de importação e espera-se que o Governo reforce a comunicação com os sectores e as respectivas acções de divulgação, para que os mesmos conheçam claramente o âmbito da proibição, as respectivas exigências e os produtos de substituição, assegurando assim a sua implementação eficaz. Segundo as experiências do passado, crê-se que é possível uma transição sem sobressaltos para os sectores, e a compreensão e colaboração da população, não sendo grande o impacto da medida para os consumidores. Para o futuro, espera-se que o Governo, conforme a realidade local, continue a fazer bem o plano sobre a redução do plástico, o implemente faseadamente e aumente a consciência da sociedade quanto à protecção ambiental, incentivando mais pessoas a praticar um estilo de vida verde e de baixo carbono.

A pandemia impulsionou ainda mais o desenvolvimento do sector de “take-away”, mas a sociedade também está preocupada com a poluição causada por mais resíduos de plástico. A “redução do uso de plástico” na área do “take-away” da restauração urbana é um trabalho sistemático que necessita do esforço conjunto das plataformas de venda, dos comerciantes e dos consumidores, começando pela produção, aquisição, uso e reciclagem de embalagens e talheres de plástico, e criação de um modelo de logística verde. Para além da proibição da importação, o Governo da RAEM pode incentivar o sector da restauração a reduzir o uso de utensílios de mesa e de materiais de embalagem de plástico, substituindo-os por produtos biodegradáveis, recicláveis ou reciclados. Ao mesmo tempo, os residentes devem ser incentivados a trazer consigo utensílios de mesa, reduzindo o uso de utensílios descartáveis, com vista a contribuir para a protecção ambiental. Em articulação com as políticas do Governo relativas à redução do uso de plástico, a edição deste ano do Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau 2022 (MIECF) disponibilizou a “Zona de Exposição de Utensílios de Mesa Ecológicos”, para que os participantes e o respectivo sector pudessem conhecer as informações mais recentes e proceder à aquisição desses utensílios. Durante o evento, os expositores chegaram a um acordo com vários restaurantes e distribuidores, sugerindo ao Governo a realização de mais actividades desse género, assim como de convenções e exposições, a fim de aprofundar o conhecimento do sector da restauração de Macau sobre os produtos e tecnologias ambientais mais recentes. Isto não só pode promover o desenvolvimento da indústria de protecção ambiental de Macau, como também ajudar o Governo a

implementar melhor as políticas de redução do uso de plástico.

Por outro lado, a consciencialização ambiental deve começar desde cedo, por isso sugiro ao Governo que incentive mais escolas a participarem no Plano de Atribuição de Louvores às “Eco-Escolas”, apoiando-as na promoção da educação ambiental e na realização de actividades práticas. As autoridades devem incentivar os alunos a participarem em diversas actividades de protecção ambiental, dentro e fora da escola, e reforçar a promoção da cultura de “redução de plástico” nas escolas de Macau, ensinando-os a cultivar bons hábitos de protecção ambiental, como trazer consigo, desde a infância, utensílios de mesa e garrafas de água.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 15.12.2022

Promover o desenvolvimento dos museus

Durante uma visita às ruínas da capital da Dinastia Shang, o Secretário-Geral, Xi Jinping, afirmou o seguinte: “As inscrições em ossos oraculares dão-nos a conhecer textos escritos há mais de 3 mil anos, e anteciparam com mil anos o primeiro registo da história documentada chinesa”, e “os caracteres chineses são maravilhosos, e a formação e o desenvolvimento da nação chinesa não podem ser dissociados dos mesmos”.

O Museu dos Caracteres Chineses mostra, com a exibição, de forma sistemática, as características e a evolução dos mesmos, a “autoconfiança na cultura” e a “beleza cultural”.

A construção de um museu na unidade operativa Este-2 da Zona A suscitou comentários e atenção da população. O Centro Histórico de Macau é uma zona histórica, com as zonas antigas como núcleo, onde se preservam muitos elementos históricos e culturais únicos e inconfundíveis, que necessitam urgentemente de ser preservados e explorados, de modo a que as narrações históricas sejam mais completas e com maior atracção cultural.

Os museus de Macau são relativamente pequenos em termos de dimensão, mas, ao nível de área urbana e de número, são bastante densos e diversificados. O museu é uma unidade importante na herança cultural e na preservação do património cultural, ajudando os turistas a conhecerem a história e a cultura locais.

Propus já várias vezes, em 2018, 2019 e 2020, a produção da “Lei dos museus”, para que haja um suporte legal necessário para a administração e a gestão dos museus. Tanto no Interior da China como em Hong Kong foram já definidos os respectivos regimes jurídicos. Para o desenvolvimento a longo prazo, ao nível da conservação do património histórico e cultural de Macau, é necessário definir um regime jurídico dos museus em Macau. Ora, quer o Interior da China quer Taiwan dão grande importância ao regime de registo dos museus. Assim, é necessário também definir uma calendarização para promover a produção de uma lei dos museus, em prol da melhoria do regime de gestão dos museus locais.

O Conselho de Estado divulgou, em 24 de Maio de 2021, as “Opiniões Orientadoras sobre a Promoção da Reforma e Desenvolvimento dos Museus”, a fim de aprofundar a reforma e continuar o desenvolvimento de elevada qualidade dos museus na China. Propõe-se que “até 2035, o regime de museus com características chinesas será mais maduro e consolidado, as funções sociais dos museus serão mais aperfeiçoadas, e o país será basicamente construído como uma potência museológica a nível mundial, contribuindo com a sabedoria chinesa e soluções chinesas para o desenvolvimento dos museus no mundo todo”. Expressa-se nas Opiniões que é necessário coordenar o desenvolvimento dos museus em diferentes regiões, em articulação com a iniciativa

nacional de “Uma Faixa e Uma Rota”, o desenvolvimento integrado de Pequim, Tianjin e Hebei, o desenvolvimento da Faixa Económica do Rio Changjiang, a construção da Grande Baía e o desenvolvimento integrado do Delta do Rio Yangtze, etc. Propõe-se também que é necessário reforçar a integração dos recursos museológicos e a inovação conjunta. Há que explorar, em áreas com ricos recursos culturais, o desenvolvimento de clusters, como “cidades-museus” e “vilas-museus”.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Macau, enquanto parte integrante e importante da China, deve desempenhar bem o seu papel de “uma base”, por isso, propõe-se a promoção do desenvolvimento integrado dos museus da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e o reforço na integração dos recursos museológicos, e na inovação conjunta. Macau, como região com fortes recursos culturais e ocidentais, deve ter como objectivo desenvolver-se como “Cidade-museu”.

2. Antes de haver uma “lei dos museus”, propõe-se a criação da inscrição e fiscalização do património das colecções dos museus públicos e privados, a avaliação anual e o financiamento dos museus, bem como o regime de acreditação dos museus para promover o desenvolvimento dos mesmos.

3. Sugere-se que Macau se articule com o objectivo de transformar o País numa potência museológica mundial até 2035 e que se prepare para promover activamente a legislação dos museus.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 15.12.2022

Trabalhos de prevenção e controlo da epidemia durante o período de transição

Macau está agora na segunda fase do período de transição da prevenção e controlo da epidemia. O Governo já lançou várias medidas sobre o isolamento domiciliário dos infectados, e, até ao momento, a auto-avaliação dos infectados e a plataforma de marcação de consultas comunitárias, as consultas externas comunitárias, os centros de terapia comunitária e as linhas exclusivas de autocarros têm funcionado bem, o que demonstra que o Governo está empenhado no planeamento para fazer face à eventual ocorrência de surtos de infecção em grande escala no futuro. No entanto, face à nova conjuntura de prevenção da epidemia, a população continua a ter muitas preocupações.

Em primeiro lugar, espero que o Governo melhore os planos de prevenção, tendo em conta as experiências dos territórios vizinhos, por exemplo, as cidades da primeira linha do Interior da China já estão à frente, e que os problemas e respectivas soluções possam servir de referência para Macau; em segundo lugar, devido às mudanças rápidas das políticas de prevenção da epidemia e às informações complexas, os residentes não conseguem perceber tudo de imediato, portanto, espero que o Governo reforce os trabalhos de divulgação de informações, actualize, atempadamente, as infografias, que facilitam a compreensão, na página especial de prevenção da epidemia, optimize a apresentação das colunas da referida página, reforce a promoção da plataforma de consulta e pedido de apoio e da linha aberta de apoio, e actualize as perguntas e respostas frequentes tendo em conta a evolução dos pedidos de apoio dos residentes durante o período de transição, para que estes possam encontrar soluções rapidamente.

Terceiro, durante o período de transição, a pressão nos cuidados de saúde aumentou, por um lado, é necessário garantir o normal fornecimento de material médico e assegurar o funcionamento normal das instituições médicas, especialmente porque as políticas de prevenção epidémica estão sempre a mudar, e espero que estas sejam transmitidas, atempadamente, ao pessoal da linha de frente para a concretização dos pormenores de execução. Espera-se que o Governo faça bem o trabalho de fiscalização dos preços e combata os actos de “aumento injusto de preços”. Por outro lado, tendo em conta a situação social, sugere-se o aumento contínuo do número de postos de consulta externa comunitária e de centros de tratamento comunitário, tomando como referência os serviços médicos *online* da Comissão Nacional de Saúde, incentivando-se mais instituições médicas públicas e privadas a prestarem serviços *online* de receita médica e de distribuição de medicamentos, para reduzir os riscos de infecção cruzada.

Quarto, os Serviços de educação continuam a melhorar as orientações de prevenção da epidemia nas escolas do ensino não superior, mas, quanto à sua execução em concreto, acredita-se que as escolas e os encarregados de educação ainda têm muitas dúvidas, e esperam que o Governo, consoante a situação, aperfeiçoe as orientações, disponibilizando às escolas regras claras e concisas para a execução das tarefas. De acordo com as actuais instruções do Governo, as pessoas de contacto próximo ficam com “código amarelo”, há famílias em que ambos os elementos do casal precisam de trabalhar e a sua pressão

aumenta, uma vez que os alunos infectados precisam de alguém que cuide da casa. Assim, sugere-se ao Governo que incentive os empregadores a lançar mais medidas favoráveis à família durante o período transitório, por exemplo, trabalhar de casa, horário flexível, etc., apoiando os trabalhadores que têm de cuidar dos familiares doentes.

Por último, o Governo anunciou, recentemente, que os estabelecimentos hoteleiros podem acolher infectados e contactos próximos, e divulgou as respectivas instruções. Na próxima semana, começam as férias de Natal, portanto, é provável que aumentem o número de hóspedes, turistas e residentes, e os riscos de infecção. Sugere-se às autoridades que comuniquem activamente com o sector, implementem medidas de prevenção da epidemia, definam planos de prevenção da epidemia com antecedência e que preparem tudo muito bem.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 15.12.2022

A expectativa é planear bem as instalações comerciais na Zona A

Macau é uma terra pequena, mas com muita gente, portanto, a exploração de espaços subterrâneos pode oferecer mais o espaço à cidade. Na “Consulta Pública sobre o Projecto do Plano de Pormenor da UOPG Este-2”, os serviços competentes referem que os espaços subterrâneos vão ser utilizados como estratégia de desenvolvimento desta zona, e vão ser divididos em 3 tipos: “espaços de funções gerais, destinados principalmente ao estacionamento de veículos”, “espaços multifunções, que integram também áreas comerciais, estacionamento, etc.” e “espaços de funções específicas, para instalações educativas, recreativas e desportivas ou para descongestionamento do trânsito”. Prevê-se que a população da Zona Leste-2 atinja 96 mil habitantes, e como as instalações comerciais estão directamente relacionadas com a conveniência dos moradores da Zona A, a atenção da população centra-se no tipo de comércio que se vai explorar nos espaços subterrâneos.

Segundo as autoridades, há três terrenos na Zona A, com 15 mil metros quadrados, destinados a comércio independente, e uma área comercial de 120 mil metros quadrados numa rua subterrânea, portanto, há um número suficiente de instalações comerciais complementares. No entanto, muitos cidadãos estão atentos a esta questão, acham que instalações comerciais complementares em número suficiente é apenas uma das vertentes, e que a racionalidade dessas instalações constitui um teste ao planeamento do Governo. Alguns moradores de habitações públicas queixaram-se da falta de diversidade das instalações complementares comerciais, dos elevados preços dos produtos e serviços, e das frequentes deslocações a outras comunidades para fazer compras ou outras actividades; e alguns lojistas também não conseguiram encontrar lojas adequadas. Por isso, os residentes esperam que o Governo faça um balanço do passado, no que respeita ao comércio subterrâneo, e aperfeiçoe o planeamento geral das ruas comerciais subterrâneas, com vista a proporcionar um conjunto diversificado de instalações para a vida da população, nas áreas da gastronomia, do lazer, das compras, etc. Os residentes estão preocupados com o Governo, se este vai assumir a perspectiva de facilitar a vida e agir consoante os hábitos de deslocação dos residentes na atribuição de funções adequadas às “lojas no rés-do-chão” e às “lojas nos espaços subterrâneos”, com vista a disponibilizar lugares adequados às entidades públicas, serviços sociais, lojas, etc. Quanto ao possível desenvolvimento de um mercado nocturno ou criação de elementos comerciais para atrair turistas na Zona A, o Governo deve ter em conta o impacto das soluções no ambiente residencial e definir planos científicos, com vista a evitar congestionamentos e a poluição sonora e atmosférica.

Quanto à construção de ruas comerciais subterrâneas e à captação de investimentos, há vozes na sociedade que sugerem que o Governo pode atrair “capitais comerciais” para reduzir as despesas públicas e cooperar activamente com as PME, com vista a revitalizar o mercado, tudo para criar uma rua comercial subterrânea que funcione ininterruptamente para os residentes.

O "desenvolvimento de espaços subterrâneos" é uma novidade do desenvolvimento urbano de Macau. Por isso, é necessário fazer bem os trabalhos de criação dos respectivos regimes de funcionamento e gestão, sobretudo quanto à "gestão do tráfego vertical", "gestão interdepartamental dos espaços comerciais subterrâneos", "segurança contra incêndios", "direitos e deveres dos espaços dos terrenos" e "planos de contingência". Se Macau necessita de complementar ou otimizar adequadamente os diversos regimes vigentes, a fim da articulação com a tendência de desenvolvimento dos espaços subterrâneos, depende da prestação de esclarecimentos e da implementação dos trabalhos por parte do Governo.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 15.12.2022

Elementos não-jogo

Os resultados do concurso público para a concessão de licenças de jogo foram já divulgados, e as actuais seis concessionárias conseguiram a respectiva licença provisória. Isto demonstra que as autoridades reconhecem os seus contributos quanto ao assegurar, ao longo do tempo, a estabilidade social e o pleno desenvolvimento de Macau, e que depositam grande esperança nelas, em relação ao apoio e promoção activa, tal como até aqui, à estratégia de diversificação adequada “1+4”. Esperam que, na próxima década, as concessionárias criem mais condições de desenvolvimento em conformidade com o posicionamento de Macau enquanto um “centro de turismo e de lazer de nível mundial”.

Olhando para o desenvolvimento da indústria do jogo em Macau, as seis concessionárias trouxeram receitas consideráveis para os cofres de Macau, ofereceram muitas oportunidades de emprego aos residentes e, sem dúvida, mudaram o destino da população de Macau. Ao longo dos anos, assumiram, activamente, as suas responsabilidades sociais, apoiando actividades de caridade, formando talentos locais, oferecendo oportunidades de emprego às pessoas portadoras de deficiência ou reabilitadas, apoiando diversas actividades educativas, de investigação científica, culturais, de protecção ambiental e desportivas, bem como promovendo a estabilidade social e o desenvolvimento harmonioso. Os resultados alcançados estão à vista de todos.

Devido à Covid-19 e às restrições fronteiriças, o número de clientes e as receitas do jogo diminuíram drasticamente, causando graves pressões no emprego da população. Muitos residentes esperam que, após a renovação das licenças das seis concessionárias, a gestão dos recursos humanos e financeiros seja aperfeiçoada nos termos da nova lei do jogo, para fortalecer a base e alcançar os objectivos empresariais. Acredita-se que as concessionárias têm capacidade de retribuir e recuperar, após a actualização das medidas de prevenção da epidemia; mais, têm de cumprir as regras definidas para a concessão, ou seja, explorar mais fontes de turistas do exterior, desenvolver os elementos não jogo, assumir mais responsabilidades sociais, e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

No mês passado, na sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das LAG na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo sublinhou que os elementos não jogo eram a base para reforçar o desenvolvimento saudável do jogo, e a sociedade tem discutido sobre o investimento nestes elementos por parte das concessionárias. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. O Centro Histórico de Macau está incluído na Lista do Património Mundial e o cartão de visita de Macau como cidade gastronómica é reconhecido mundialmente. As autoridades do desporto organizam anualmente muitos eventos desportivos para estimular a economia e criar a imagem internacional de Macau como um local saudável e dinâmico. Todos estes recursos são únicos e, como já acabou o concurso para as licenças de jogo, espero que o Governo incentive as concessionárias a organizarem mais eventos culturais e desportivos de nível internacional, para conjugar os elementos desportivos, culturais,

gastronómicos e turísticos, maximizar os efeitos de sinergia da cooperação intersectorial, através de meios tecnológicos inteligentes, alargar o espaço de consumo turístico, promover a transformação e a actualização do turismo e criar uma nova força motriz para o desenvolvimento da economia e do turismo.

2. Espero que as concessionárias, ao desenvolverem os elementos não jogo, estabeleçam uma boa relação de cooperação recíproca e confiança mútua com as PME locais, e que continuem a cooperar com elas na aquisição de bens e serviços, construindo uma plataforma de comunicação para o desenvolvimento conjunto, proporcionando oportunidades de exposição às indústrias culturais e criativas locais e às empresas dos jovens empreendedores, complementando-se com as PME e microempresas rumo ao desenvolvimento diverso.

3. A intenção original do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada é promover a diversificação adequada da economia de Macau, e tanto nessa zona como na região da Grande Baía não se restringe o investimento e o desenvolvimento dos elementos não jogo. Por isso, espero que as concessionárias do jogo aproveitem esta oportunidade para, com os recursos de terrenos e o mercado da Ilha de Hengqin, estabelecerem parte dos seus projectos não jogo na Zona de Cooperação Aprofundada, valorizando a sua capacidade de gestão de empresas internacionais para promover o desenvolvimento sinérgico da diversificação industrial de Macau. No futuro, pode considerar-se a cooperação com as empresas com grande capacidade das cidades da Grande Baía para explorar a possibilidade de desenvolvimento das indústrias inovadoras de Macau. Espero que os governos de Guangdong e Macau reforcem a comunicação e cooperação, para a implementação de políticas que facilitem o fluxo de capitais e de informações, assim como a interligação dos factores produtivos. Deve-se também definir orientações sobre os projectos de investimento empresarial para a atracção de projectos não relacionados com o jogo na Zona de Cooperação Aprofundada, enriquecendo o significado da prática bem-sucedida de "Um País, Dois Sistemas", e dando um bom exemplo para promover a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 15.12.2022

Atrair os turistas para entrarem aos bairros comunitários e promover a reconversão das micro, pequenas e médias empresas

Com a contínua globalização da economia, o ambiente de mercado, o ambiente competitivo e o ambiente de negócios para as PME sofreram mudanças significativas. Muitas micro e PME estão a ajustar activamente as estratégias de desenvolvimento e modelos de exploração, para aumentarem a competitividade, todavia, é fraca a consciência de coordenação no planeamento por parte dos gestores de algumas empresas, o que dificulta a implementação de estratégias comerciais eficazes, e a adaptação ao ritmo do desenvolvimento socioeconómico da nova era e às tendências de desenvolvimento do mercado.

Os recursos humanos são também uma das questões mais importantes que impedem o desenvolvimento das empresas, pois o aumento dos custos de mão-de-obra leva ao aumento dos custos operacionais. O capital de negócios das micro e PME é relativamente limitado, são relativamente poucos os postos de trabalho e as regalias que oferecem, portanto, é elevada a taxa de perda de talentos, pois estas empresas dificilmente conseguem atraí-los, o que afecta a sua estratégia de reconversão e desenvolvimento sustentável.

Face à epidemia, as micro e PME ultrapassaram três anos de dificuldades. Sinceramente, a sua sobrevivência não tem sido nada fácil, portanto, nem vale a pena falar de promover a reconversão e o desenvolvimento. Tendo em conta os factores favoráveis, como a libertação das medidas preventivas e a conclusão do concurso público para as licenças de jogo, o Governo deve dispor de planos de longo prazo para atrair turistas e injectar novo dinamismo à economia, para impulsionar o desenvolvimento económico dos bairros comunitários, promover o consumo e o funcionamento da cadeia de abastecimento dos diversos sectores, e activar o mercado, para as micro e PME poderem recuperar a vitalidade e a autoconfiança, e assim avançarem com planos de reconversão e desenvolvimento.

Assim, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve ajudar efectivamente as empresas a elevarem a capacidade de gestão, através da partilha de mais informações sobre o mercado, de orientação para acompanharem as tendências do mercado, e na adopção de estratégias prospectivas a partir da situação da sua produtividade. Ao mesmo tempo, é necessário incentivar as micro e PME a ajustarem o rumo de exploração e o modelo de gestão, otimizando assim a sua estrutura orgânica, para poderem progredir e desenvolver mais a sua gestão interna, e é ainda necessário efectuar bem os trabalhos de reserva de capitais e de talentos, de modo a garantir uma rápida adaptação à nova era de desenvolvimento social.

2. Garantir as necessidades de recursos humanos destas empresas. Macau está a deparar-se com uma situação de desemprego estrutural, e a falta de recursos humanos dificulta cada vez mais a exploração de alguns sectores de actividade. O Governo não deve reduzir excessivamente as quotas de mão-de-obra das micro e PME, deve proceder bem à recolha e análise de dados, e fazer estatísticas sobre quais os postos de trabalho que estão a sofrer de falta de mão-de-obra, deve ainda apreciar e autorizar, com todo o rigor, a importação de mão-de-obra, por exemplo, para cargos administrativos, e na medida do possível, devem contratar-se trabalhadores locais para preencher as vagas; quanto às funções que as pessoas de Macau não querem desempenhar, como na área da segurança, a limpeza, e operários em estaleiros de obras, ou seja, os trabalhos que exigem grande força laboral ou rotatividade, há que haver cautela quanto à saída de trabalhadores não residentes.

3. O turismo de Macau está a desenvolver-se no sentido do aumento de projectos extrajogo e a expandir o mercado de clientes de países estrangeiros. Os Serviços de Turismo devem continuar a investir na optimização dos diferentes tipos de *software* e *hardware*, e através da política “Turismo +” enriquecer o conteúdo turístico de Macau, e ainda, reforçar a promoção do Centro Mundial de Turismo e Lazer e da Cidade da Gastronomia, para atrair a vinda de turistas do Interior da China e do exterior para visitarem e consumirem nos bairros comunitários, dinamizando o fluxo de pessoas e a economia comunitária, para melhorar o ambiente de negócios.

2022-12-15 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“O Governo deve distribuir gratuitamente e com regularidade, as máscaras KN95, os kits para testes rápidos antigénios e os respectivos medicamentos sempre em quantidades suficientes a toda população”

Nestes três anos de pandemia, infelizmente, faleceram seis idosos devido ao Covid19. E muitos cidadãos, sofreram bastante com a prolongada separação dos avós, pais, filhos e netos, devido às medidas pouco científicas e excessivamente rigorosas de controle sanitário, os exagerados dias de quarentena, a imposição desnecessária e aleatória dos códigos de saúde e o pagamento de elevados montantes por cada teste de ácido nucleico que ainda variam entre as 45 às 500 patacas. Neste momento continua a haver enorme confusão na exigência dos testes, porque uns serviços ou entidades públicas exigem testes de ácido nucleico para poderem trabalhar, outros somente exigem testes rápidos antigénios. Cabe aos Serviços de Saúde esclarecer clara e rapidamente o que é preciso ser feito para acabar com estas confusões.

Se decidiram de repente, que é para abrir e tornar a cidade rapidamente infectada para rapidamente também livrarmo-nos desta pandemia e iniciar-se a recuperação económica, nomeadamente na indústria do Turismo e do Jogo, o Governo deve distribuir com regularidade, gratuita e em quantidades suficientes as máscaras KN95 ou de qualidade superior, os kits para testes diários antigénios e respectiva medicamentação para toda população, para que esta esteja devidamente protegida. Vivemos momentos cruciais e as medidas impostas pelas autoridades competentes não podem falhar neste importante de processo de distribuição atempada e gratuita das máscaras, kits e medicamentos para protecção da generalidade da população incluindo a total “abertura ao mundo” como esta acontecer na vizinha RAEHK.

Mas nesta repentina e confusa abertura à pandemia, os Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) não deviam “aproveitar” para “pisar” ou “passar por acima da lei” desrespeitando totalmente o Princípio do Primado da Lei, ou seja, a predominância da lei sobre demais fontes de direito.

Isto tem a ver com a recente Circular nº 0242//SAFP-DRSP/OFC/2022 de 13 de Dezembro, dirigida a todas os serviços e entidades públicas impondo de forma abusiva e ilegal um limite de idade de 14 a 65 anos de idade como faltas justificadas por doença do trabalhador que tenha de estar ausente do serviço para poder acompanhar o familiar ou parente ou afim no 1º grau de linha recta.

Esta discriminação etária, deixou de fora, todos os menores de 14 anos e os idosos com mais de 65 anos de idade (para além da violação do usufruto de cuidados e protecção da família e da comunidade constante na alínea 3) do

artigo 5º da Lei nº 12/2018) do importante acompanhamento familiar, principalmente agora quando mais precisam de apoio dos seus mais directos familiares.

A alínea b) do nº 2 do artigo 97º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau aprovado pelo Decreto Lei n.º 87/89/M de 21 de Dezembro, não discrimina as pessoas em função da idade, pelo contrário, abrange todos os parentes ou afim no 1º grau da linha recta, não havendo qualquer limitação ou discriminação na idade.

Assim, solicitamos à tutela para que proceda de imediato à revogação da supracitada Circular que está a afectar a moral dos trabalhadores, principalmente moral dos trabalhadores com pais idosos e muitas crianças por cuidar e sustentar.

Antes, no dia 11 do corrente e sem qualquer tipo de auscultação às associações representativas dos trabalhadores da função pública de Macau, o Director dos SAFP decidiu exigir o uso de máscaras KN95 ou de padrão superior durante o horário de expediente sem assumir a responsabilidade com os custos de aquisição.

São custos financeiros acrescidos que afecta o orçamento familiar dos trabalhadores da linha de frente, devendo os SAFP assumir os custos de forma integral pagando as despesas efectuadas por todos os trabalhadores dos serviços e entidades públicas por via do seu próprio orçamento financeiro.

Para além da referida exigência dos SAFP, os trabalhadores são obrigados a fazer todos os dias, os testes rápidos antigénios para despistagem do vírus. Tendo em consideração, que estas exigências são da iniciativa dos (SAFP) apelamos também para que seja o Governo, para além de custear todas as máscaras KN95 ou de nível superior de protecção, deve também pagar das despesas na aquisição de kits para testes rápidos antigénios SARS-Covid19 adquiridos pelos próprios trabalhadores.

Finalmente, apelamos às autoridades competentes, para que sejam levantadas todas restrições relacionadas com as medidas pandémicas quer nas entradas e saídas dos terminais marítimos, aeroporto e vias terrestres para os residentes que queiram sair ou regressar a Macau, independentemente de ter estado ou não vacinado e à semelhança das recentes medidas 0+0 implementadas ontem na vizinha RAEHK.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 15.12.2022

Por que razão os residentes continuam a sofrer, permanentemente, com poluição sonora?

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), Macau tem uma superfície total de 33 km² e cerca de 700 mil habitantes, com a densidade populacional mais elevada do mundo. Um grande número de pessoas vive num pequeno território e, com a falta de medidas de isolamento acústico nas obras de construção de edifícios, que já existem há mais de 20 anos, transformou-se o ruído numa grande fonte de sofrimento para o dia-a-dia dos residentes.

A perturbação sonora é o ruído que faz com que as pessoas se sintam mal, física ou psicologicamente, ou que incomoda a conversa, o pensamento, o trabalho e o descanso das pessoas e, quando são afectadas pelo ruído de baixa frequência, isto pode até originar problemas fisiológicos irreversíveis devido à perda de audição. Devido a deficiência congénita do local onde os residentes habitam, é difícil criar um modelo dividido em zonas habitacionais e comerciais, pois, com o funcionamento social de 24 horas, a produção de sons é inevitável.

A Lei n.º 8/2014 (Prevenção e controlo do ruído ambiental) está muito desactualizada e não consegue adequar-se à realidade social de Macau. Temos recebido, constantemente, pedidos de ajuda de residentes afectados por poluição sonora, de forma contínua e repentina, afirmando que a lei vigente apenas regula o controlo do volume de som num determinado período de tempo, permitindo que alguns indivíduos produzam, a seu bel-prazer, ruído fora desse período. No entanto, depois de ter sido apresentada queixa ao Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e à Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), apenas se conseguiu obter uma resposta muito desapontadora, isto é, "não é possível aplicar sanções por não estar regulamentado o referido período de tempo", o que é insuportável para uma minoria de residentes que sofre perturbações sonoras. Alguns até produzem, propositadamente, ruído para os vizinhos que o produziram, prejudicando assim a vida harmoniosa dos vizinhos e demonstrando a desilusão dos residentes em relação à inacção dos serviços competentes.

Por outro lado, os *karaokes* e bares instalados em zonas residenciais e que não dispõem de um sistema de isolamento acústico são também uma das principais fontes de poluição sonora, por exemplo, as lojas situadas no Bairro da Concórdia de Fai Chi Kei e na Doca do Lam Mau, que durante a noite, num ambiente relativamente silencioso, facilmente emitir ruídos perturbadores de baixa frequência. Os moradores que participam ou pedem ajuda aos serviços competentes são tratados com indiferença, pois as normas legais são muito fracas, e a passividade das operações de denúncia ao nível da execução da lei só agrava a desconfiança da população.

Em comparação com as leis de Macau, com muitas lacunas, as leis das regiões vizinhas são mais perfeitas. Tomando como referência a legislação das regiões vizinhas, a Lei e os Critérios de controlo do ruído de Taiwan definem claramente, tendo em conta a

situação actual do uso dos solos, quatro tipos de “zonas de controlo de ruído”, isto é, de acordo com a situação real das diversas zonas, proceder-se-á, periodicamente, a uma revisão e a uma nova delimitação, para garantir, dentro do possível, que os cidadãos não sejam gravemente perturbados por poluição sonora, pois, por um ruído produzido num curto período de tempo, poder-se-á, de acordo com a Metodologia para o tratamento dos processos da Lei de manutenção da ordem social, solicitar às autoridades policiais a aplicação de sanções.

A RAEHK vai ainda mais longe, de acordo com a “Section 5 (1) e (2)” da “Noise Control Ordinance (Cap. 400)”, a produção de ruído perturbador, a qualquer momento, por instrumentos musicais, dispositivos de amplificação sonora, equipamentos de entretenimento, sistemas de ar condicionado e exercício de actividade comercial, quer dos residentes quer dos comerciantes, é considerado um crime, podendo aplicar-se uma multa máxima de 10 mil HKD.

Os residentes de Macau estão há quase três anos a sofrer, física e psicologicamente, com a pandemia, e ainda não saíram da sombra. Perante esta situação social, os residentes ainda estão a suportar a pesada carga psíquica e as lesões das funções físicas decorrentes do ruído. Assim, apelo ao Governo da RAEM para que proceda, de imediato, à revisão das leis vigentes, tomando como referência as leis de Taiwan e da RAEHK, com vista à sua adequação à realidade de Macau, solicitando aos serviços competentes que tratem com seriedade cada queixa, actuando de imediato, para evitar agravamento do nível do ruído, com vista a devolver um ambiente estável de vida aos residentes.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 15.12.2022

Deve-se, primeiro, concretizar a política de “deslocação dos veículos de Macau para a província de Guangdong”, permitindo aos veículos com matrícula única serem nela incluídos e, quanto ao reconhecimento mútuo das cartas de condução, deve-se avançar primeiro com a consulta pública, para se chegar a um consenso e reduzir o impacto

Há dias, foi publicada no Boletim Oficial a Ordem Executiva n.º 48 / 2022, que delega no Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, todos os poderes necessários para, em nome da RAEM, celebrar com o Ministério da Segurança Pública da República da China o “Acordo entre o Interior da China e a RAEM sobre o Reconhecimento Recíproco das Cartas de Condução”, o que suscitou grande polémica na sociedade.

No Relatório das Linhas de Acção Governativa para 2020, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, afirmou que havia grande controvérsia na Assembleia Legislativa sobre o reconhecimento recíproco das cartas de condução, salientando a necessidade de reciprocidade do reconhecimento e da auscultação das opiniões dos deputados, para o efeito. Mais, em Agosto do corrente ano, na resposta a uma interpelação oral minha, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, afirmou claramente que os dois projectos, “deslocação dos veículos de Macau a Guangdong” e o “reconhecimento recíproco das cartas de condução”, não iam ser “em simultâneo”, sublinhando que, acerca do último, os deputados “não partilharam da mesma opinião” durante o debate de 2018 na Assembleia Legislativa.

Há dias, numa sessão de interpelação oral na Assembleia Legislativa, o Governo afirmou, repentinamente, que as políticas de “veículos com matrícula única podem entrar na China” e “reconhecimento mútuo das cartas de condução” vão ser implementadas em breve, sendo as duas lançadas em simultâneo, mas “não existe entre si uma relação correlacionada”. Tenho de salientar que o ponto fulcral destas duas políticas não se prende com o seu lançamento em simultâneo, mas, sim, com o grau de aceitação e as necessidades da sociedade em relação a elas.

A política de os “veículos com matrícula única podem entrar na China” tem sido sempre apoiada por toda a população de Macau, por isso o Governo deve concretizar, quanto antes, os respectivos pormenores, e dialogar, de forma activa, com os serviços competentes do Interior da China. Mais, deve ainda resolver a questão prática dos veículos que já têm a autorização de circularem com matrícula única em Hengqin com esta política, pelo que o Governo a deve implementar, quanto antes, para facilitar a deslocação dos residentes.

Mas o reconhecimento mútuo das cartas de condução tem sido alvo de grande discussão em Macau. Há em Macau cerca de 106 mil trabalhadores não residentes e 27 mil estudantes do ensino superior do Interior da China. Se não forem impostas restrições ou medidas transitórias, desde que os referidos indivíduos tenham carta de condução do

Interior da China, podem imediatamente conduzir em Macau, sendo preocupante o problema dos motoristas sem a devida autorização, podendo ainda agravar a sobrecarga do trânsito e contrariar a política de controlo de veículos adoptada pelo Governo. Mais, como os hábitos de condução de Macau e do Interior da China são diferentes, os condutores do Interior da China não conhecem bem a situação rodoviária de Macau, o que facilita a ocorrência de acidentes de viação.

Mais, em 2013, a designação do “reconhecimento mútuo das cartas de condução de automóveis ligeiros Guangdong-Macau” foi alterada para “Acordo entre o Interior da China e Macau sobre o reconhecimento recíproco das cartas de condução de veículos motorizados”. A mudança de designação significa que o âmbito foi alargado de Guangdong a todo o país? A categoria da carta de condução mudou de automóvel ligeiro para todos os veículos motorizados? Até agora, o Governo ainda não deu qualquer resposta ao público sobre essas importantes políticas, então, como é que vai conseguir eliminar as preocupações e dúvidas da sociedade?

Em 2014, o Governo incumbiu uma instituição académica de realizar um “Estudo sobre o ponto de vista da sociedade em relação ao projecto de reconhecimento recíproco de cartas de condução de veículos ligeiros entre Guangdong e Macau”, no qual se sugere a inclusão de cursos de curta duração, limites de tempo e quotas, sugerindo que o Governo realize uma consulta pública antes de concretizar as políticas. Em 2018, o Director dos Assuntos de Tráfego, Lam Hin San, afirmou que os dados e opiniões do respectivo relatório já não reflectem a situação actual de Macau, mas, até ao momento, o Governo não efectuou nenhum estudo ou consulta pública.

Assim, solicito ao Governo que concretize, quanto antes, a política de “circulação de veículos de Macau em Guangdong”, que a sociedade deseja, e dialogue com os serviços competentes do Interior da China para resolver alguns problemas práticos, como a impossibilidade de se requerer, ao mesmo tempo, a “circulação de veículos motorizados entre Macau e a Ilha de Hengqin” e a “circulação de veículos de Macau em Guangdong”; e, ainda antes da assinatura do acordo de reconhecimento recíproco, proceda a uma consulta pública, apresentando medidas viáveis para evitar impactos irreversíveis para o trânsito de Macau, reduzindo as preocupações da sociedade e lutando por um consenso.

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai, Ma Chi Seng e Pang Chuan em 15.12.2022

Praticar desporto para melhorar o estado físico, proteger-se para voltar à vida normal

A Covid-19 continua em propagação, mas com a fraca patogenicidade da variante Ómicron, a generalização da vacinação, e a experiência na prevenção e controlo, vamos enfrentar uma nova conjuntura e novas tarefas. O Governo Central coloca acima de tudo a segurança da vida e a saúde da população, e aperfeiçoou as medidas de prevenção, atendendo à evolução epidémica e às necessidades reais. O Governo da RAEM teve um reflexo rápido, actualizou as regras preventivas e anunciou o início da segunda fase do período de transição a partir de ontem.

No relatório do 20.º Congresso do PCC, o Secretário-Geral Xi Jinping realça que “é necessário promover o desenvolvimento educacional centrado no povo” e “aperfeiçoar as políticas de promoção da saúde do povo”. O plano “Modernização da Educação da China - 2035”, divulgado em 2019, passou a integrar a saúde dos alunos no processo dessa modernização. As Opiniões sobre a Realização da Operação “China com Saúde”, divulgadas no mesmo ano, incluíram a promoção da saúde nas escolas primárias e secundárias no plano dessa operação. Mais, as “Opiniões sobre o Aprofundamento da Integração entre a Educação Física e o Ensino, para Promover o Crescimento Saudável dos Jovens”, publicadas em 2020, definiram as políticas globais para os respectivos trabalhos. Pode dizer-se que a saúde dos alunos e de toda a população já é estratégia nacional.

Segundo o “Relatório da avaliação da condição física da população da RAEM de 2020”, do Instituto do Desporto, o nível geral da condição física das crianças e dos jovens diminuiu. Sendo a escola uma área prioritária e força importante na prevenção e controlo da epidemia em Macau, a defesa da saúde escolar é um elemento-chave, e o sector educativo tem de assumir as responsabilidades de prevenção e controlo da epidemia e, sem ter medo da situação epidémica, unir-se para liderar os docentes e alunos a enfrentar os desafios da era pós-epidemia, em prol do regresso sem demora à vida escolar normal, vencendo a batalha contra a epidemia nas escolas. Assim, apresentamos as seguintes opiniões:

1. Promover a integração entre desporto e educação, e reforçar a condição física dos residentes. O desporto é uma componente importante e indispensável na educação cívica e reveste-se de grande importância para o crescimento saudável dos cidadãos, o reforço da sua vontade e a consolidação da sua personalidade. Começando com os mais pequenos, há que acelerar a promoção da educação física nas escolas dos ensinos primário, secundário e universitário, promover a integração entre desporto e educação, elevar o nível de saúde dos alunos, zelar pela saúde nas escolas e consolidar as bases da saúde, em prol da prevenção e controlo da epidemia. Ao mesmo tempo, aproveitando a ocasião singular dos Jogos Nacionais, podemos promover o desporto para todos e o desporto de rendimento, a fim de elevar o desenvolvimento desportivo de Macau para um novo patamar, reforçando a condição física da população através da prática do desporto.

2. A aptidão física e mental é indispensável para falar bem sobre as aulas de combate à epidemia e estabelecer a confiança na luta contra esta. No aperfeiçoamento do sistema de educação para a saúde nas escolas, convém incentivá-las a conjugarem os seus conteúdos com o ensino, para contar bem as histórias de combate à epidemia, generalizar conhecimentos sobre a prevenção desta e transformar esse espírito de combate em força motriz da educação das pessoas, educando-se a criança a ser responsável, a ter moral e a tornar-se a primeira responsável pela sua saúde.

O regresso à normalidade da sociedade e da vida escolar é um desejo comum da população. Estamos convictos de que, com o avanço de uma nova jornada na nova era do País, o espírito e a confiança formada para a luta contra a epidemia vão apoiar-nos a vencer os futuros riscos e desafios. Macau terá um futuro brilhante desde que estejamos unidos para lutar.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 15.12.2022

Explorar activamente os mercados geradores de turistas e acelerar a recuperação turística

A aproximação dos feriados dourados do Ano Novo Chinês de 2023 é uma oportunidade importante para a recuperação da economia turística de Macau. O turismo e os sectores conexos devem estar bem preparados para explorar, em todos os aspectos, os mercados turísticos do Interior da China e do exterior, acolher os turistas e prestar serviços de qualidade.

Há dias, os Serviços de Turismo lançaram um plano de apoio financeiro para a atribuição, a cada cliente de excursões, de um máximo de 400 patacas, para incentivar as agências de viagens locais a expandirem os mercados do Interior da China. Este apoio financeiro do Governo é dado de forma precisa e atempada e foi bem acolhido pelo sector. Devemos reforçar as operações e a promoção dos mercados geradores de turistas das “quatro províncias e uma cidade”, a fim de atrair a vinda de mais excursões de diferentes tipos. Devemos ainda criar mais condições favoráveis para aumentar o número de províncias e cidades que podem organizar excursões para Macau, alargando, assim, a fonte de turistas do Interior da China. E, no futuro, tendo em conta os resultados do referido plano de apoio financeiro, proceder ao estudo e à extensão do mesmo a outras províncias e cidades, no sentido de acelerar a recuperação da economia turística.

Quanto às fontes de turistas internacionais, há que acelerar o lançamento de planos viáveis e atractivos. O Governo, em conjunto com o sector do turismo e outros correlacionados, terá de se empenhar na exploração de mercados turísticos internacionais, na diversificação das fontes de turistas e na optimização contínua da estrutura de visitantes. O sector do turismo tem de ser proactivo e de empenhar-se, para sugerir ao Chefe do Executivo o objectivo da acção governativa, de promover o desenvolvimento diversificado do turismo e lazer de acordo com o objectivo de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, e transformar a região num centro de turismo e lazer de excelência, requintado e forte.

Com vista a expandir o mercado turístico, há que construir um sistema de transportes marítimos, terrestres e aéreos mais convenientes e eficientes. Os transportes aéreos desempenham um papel importante na expansão das fontes de turistas de longa distância. Tendo em conta o nosso desenvolvimento, há que expandir os destinos, aumentar a frequência dos voos e a afluência de turistas, elevando a qualidade do consumo turístico; há ainda que conjugar também as ligações marítimas e terrestres para o transporte de passageiros, e aumentar de forma contínua a cobertura do tráfego aos locais de origem dos turistas de curto, médio e longo alcance, com vista a aumentar a força da recuperação do crescimento do turismo e o desenvolvimento sustentável, acelerando o passo para a construção de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 15.12.2022

O ajustamento da política de prevenção da epidemia deve reforçar a protecção dos grupos vulneráveis e alterar as medidas alfandegárias para facilitar a vida dos residentes e promover a recuperação económica

Há dias, os Serviços de Saúde anunciaram várias medidas de relaxamento, que contribuem para a retoma da vida normal da população e da vitalidade dos bairros comunitários. Embora a taxa de mortalidade do vírus seja baixa, acredita-se que a maioria da população está preparada psicologicamente, tendo em conta o afirmado pelas autoridades no sentido de haver possibilidade de se registarem casos de infecção em grande escala na comunidade. Mas não se pode negligenciar a situação, nomeadamente, dos idosos, doentes crónicos e crianças. Assim, apelo ao Governo e às autoridades para, além da realização de consultas externas nos bairros comunitários, reforçarem o apoio médico aos grupos mais vulneráveis e de alto risco, face à nova vaga epidémica.

Em comparação com o início da epidemia, o Governo fez campanhas de sensibilização pormenorizadas, anúncios em filmes, cartazes, panfletos, infografias, etc., mas, agora, a política de prevenção da epidemia foi definida de forma precipitada e repentina. Os esclarecimentos sobre as medidas e as acções de sensibilização não estão a ser atempados, pois os idosos não conseguem aceder atempadamente às respectivas informações, e muitos pais sentem que não conseguem adaptar-se a tais medidas, que são anunciadas de forma dispersa e confusa na *internet*. Assim, apelo às autoridades competentes para que reforcem os meios de divulgação de informações, sobretudo neste momento de grande ajustamento na política de prevenção, tomem como referência a fase inicial da epidemia, e produzam filmes, infografias, cartazes, etc. Através da divulgação comunitária, facilita-se aos cidadãos a tomada de conhecimento atempado sobre as medidas programadas, de modo a evitar qualquer confusão ou pânico.

Por outro lado, para promover a recuperação da economia, é necessário ajustar as nossas medidas preventivas. Várias cidades do Interior da China já estão a levantar algumas restrições na política de entrada, e Hong Kong também anunciou que, tendo em conta a alteração da política de prevenção da epidemia do Interior da China, vai abolir a exigência de um teste de ácido nucleico antes de as pessoas saírem para Macau e para o Interior da China, e já não exige quarentena às pessoas que chegam do exterior. Actualmente, não há muitos turistas estrangeiros a entrarem, e a maioria das pessoas que entram são residentes e estudantes de Macau, mas eles deparam com muitas limitações à entrada e ainda têm de pagar elevados custos pelos testes. Mais, a validade dos testes de ácido nucleico para a entrada em Macau via Interior da China continua a ser de 24 horas, e isso afecta gravemente a recuperação da economia, por isso, apelo ao Governo que siga, de imediato, a política nacional, ajustando adequadamente as medidas, substituindo os testes de ácido nucleico por testes rápidos de antigénio e pelo isolamento domiciliário para as entradas do exterior, assim como levantando a exigência de testes de ácido nucleico para quem vem do Interior da China, para que os comerciantes possam aproveitar os próximos feriados dourados.

Ao mesmo tempo, para além dos visitantes do Interior da China, Hong Kong também é uma importante fonte de turistas para Macau e, mais, também temos uma relação muito estreita com Hong Kong em termos comerciais, familiares e educativos, e as restrições afectam as necessidades de muitas famílias em situação vulnerável, por exemplo com crianças com necessidades especiais e doentes crónicos. Assim, apelo ao Governo da RAEM para acelerar o ajustamento da política de passagem de fronteiras entre Macau e Hong Kong, para retomar, quanto antes, a circulação frequente de pessoas e a promoção da recuperação económica entre as duas regiões, assim como salvaguardar a vida normal dos residentes.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 15.12.2022

Protecção do património cultural em harmonia com o desenvolvimento urbano

O “Plano Director Urbanístico de Macau”, que já foi oficialmente publicado, refere expressamente que “é de realçar a coordenação entre o planeamento urbano e a protecção do património cultural, ou seja, ao promover o desenvolvimento urbano mantém-se a sua própria cultura histórica única”. Com o desenvolvimento gradual dos planos de pormenor das diversas zonas e com a aprovação da lei da renovação urbana, a sociedade está preocupada com a articulação entre o desenvolvimento urbano, a renovação urbana e os trabalhos de salvaguarda do património cultural. Ao mesmo tempo, tendo em conta os pontos turísticos do Património Mundial, os templos, a história e a cultura das diversas zonas de Macau, que registaram a evolução de Macau ao longo de centenas ou até milhares de anos, são recursos importantes para a transformação de Macau num centro de turismo e de lazer a nível mundial. Trata-se de uma nova indústria com características e vantagens próprias de Macau, e o rico património histórico e os recursos do património cultural constituem uma das melhores condições para o desenvolvimento de Macau nesta fase, e são também uma base importante para o desenvolvimento de Macau como "Centro Mundial de Turismo e Lazer" e " Base de Intercâmbio e Cooperação para a Promoção da Coexistência Multicultural, com Predominância da Cultura Chinesa". Por isso, o planeamento geral e os planos de pormenor devem ter em conta os recursos culturais e históricos de cada zona, para que cada uma possa ter as suas especificidades e histórias, e a história e cultura e a protecção do património cultural possam ser alcançadas no desenvolvimento urbano. Trata-se duma questão que merece a ponderação conjunta do Governo e da sociedade.

Recentemente, uma associação divulgou informações históricas sobre o Pátio do Espinho, a vila mais antiga de Macau, e reabriu, em conjunto com os serviços competentes do Governo, o poço antigo do Pátio do Espinho, procedendo à sua medição, com vista à sua protecção e divulgação. Mais, por ocasião do 180.º aniversário do nascimento de Zheng Guanying, o Instituto Cultural (IC) realizou um espectáculo, através da realidade virtual, na Casa do Mandarim, para contar a história desta personalidade, que teve sempre o país no seu coração, evento que mereceu o elogio e reconhecimento do público. Também tenho estado sempre atento à preservação da Colina da Ilha Verde; recentemente, surgiram novidades sobre o assunto, e que se saiba, o proprietário concluiu os trabalhos de demolição e desocupação e afirmou que “ia apoiar o Governo da RAEM na iniciativa de desenvolver os trabalhos de preservação, revitalização e desenvolvimento da Colina da Ilha Verde”. De facto, de acordo com a Lei de salvaguarda do património cultural, a Colina da Ilha Verde é um local protegido, e a sociedade está a prestar cada vez mais atenção à sua conservação. Têm sido descobertos na colina cada vez mais objectos com valor histórico, espécies biológicas e recursos naturais, por isso, a importância histórica e ecológica da colina é evidente. Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões sobre a preservação da referida colina:

1. O Plano Director de Macau define orientações estratégicas segundo as quais o Governo, aquando do planeamento urbanístico, precisa de proteger os bens imóveis

classificados que integram o património cultural, e de definir pontos paisagísticos principais tendo em conta os pontos históricos e culturais, preservando a integridade histórica e cultural e dando continuidade à paisagem e ambiente com valor histórico e cultural. Na elaboração dos planos de pormenor, sugiro ao Governo que, seguindo a ideia de que “cada zona tem as suas características e histórias”, comunique, o mais cedo possível, com os serviços de turismo e cultura, no sentido de reforçar o planeamento articulado entre o património cultural e o desenvolvimento da economia turística, desenvolvendo melhor as vantagens do património cultural de Macau.

2. Segundo o “Plano Director”, a Colina da Ilha Verde está incluída na Zona Norte-1, e vai ser classificada como zona de protecção ecológica. No relatório das LAG para o próximo ano, refere-se que a elaboração do plano de pormenor da Zona Norte-1 vai ter início no próximo ano. Assim, espero que as autoridades, no plano de pormenor desta Zona, ponderem detalhadamente o valor cultural e ecológico da Colina da Ilha Verde, e tomem a iniciativa de contactar com os proprietários para se inteirarem da situação e negociarem a conservação posterior, para que a Colina se torne num ex-libris que tanto os residentes como os turistas podem visitar.

3. É frequente a danificação de património cultural privado durante o processo de desenvolvimento urbanístico, como é o caso da colina da Ilha Verde. Embora a actual Lei de salvaguarda do património cultural regule esta matéria, a eficácia continua por elevar. Além disso, após a conclusão do Plano Director, é necessário reforçar a coordenação dos trabalhos de protecção do património cultural no decurso do desenvolvimento urbano. Sugiro ao Governo que proceda a uma revisão profunda da redacção da lei em causa e da sua execução, incluindo o estudo sobre o reforço da fiscalização e da punição no âmbito da protecção do património cultural privado, e que pense em integrá-los na fiscalização científica e tecnológica do Centro de Monitorização do Património Mundial, para evitar, logo a partir da fonte, prejuízos irreversíveis para o nosso valioso património histórico-cultural.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 27.10.2022

Valorizar o período de ouro para o tratamento precoce, para garantir a respectiva qualidade e quantidade

Olhando para os dados do Instituto de Acção Social, o número de estudantes com necessidades especiais tem aumentado. No ano lectivo 2021/2022, frequentavam o ensino inclusivo 2244 alunos, isto é, 1,95% dos menores, e nos últimos anos, o aumento anual foi de cerca de 200. De acordo com a taxa de incidência de atrasos no desenvolvimento, que é de 6 a 8%, projectada pela OMS, e tendo em conta a média de 5500 nascimentos nos últimos três anos em Macau, prevê-se um aumento anual de 300 a 450 casos, portanto, há que aperfeiçoar o rastreio e a avaliação, e que reforçar os trabalhos, para garantir o devido apoio a todas as crianças com necessidades especiais.

A comunidade internacional de especialistas defende que o melhor período para o tratamento precoce é até aos três anos, ou menos preferencialmente entre os três e os seis anos; mais, o resultado do tratamento antes dos três anos é 10 vezes melhor do que o tratamento depois dessa idade. Recebi opiniões de muitos pais, referindo que, normalmente, as crianças com necessidades especiais só são identificadas na creche, e assim perde-se o melhor período para o tratamento. É verdade que o Governo tem reforçado o investimento no tratamento precoce, mas as instituições têm de responder aos casos acumulados e aos novos, e não conseguem assegurar a prestação dos serviços e o atendimento. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Definir um rácio razoável entre terapeutas e utentes.

De acordo com a experiência dos outros locais, é preciso definir o número de trabalhadores para cada instituição, e o número máximo de utentes para cada trabalhador, para garantir o equilíbrio entre a qualidade e a quantidade. Proponho ao Governo que aprenda com a experiência, no sentido de definir critérios científicos e razoáveis, e avaliar a necessidade de recrutamento e formação com base na previsão. Há que definir o respectivo plano, e garantir o progresso qualitativo e quantitativo deste serviço.

2. Rever e alargar, quanto antes, o programa experimental de rastreio ao desenvolvimento das crianças

O programa experimental de rastreio ao desenvolvimento das crianças que o Governo disponibiliza destina-se às creches subsidiadas e permite um apoio adequado às crianças no período de ouro, merecendo o meu elevado reconhecimento. Sugere-se ao Governo a revisão e melhoria do referido plano ao nível dos seus efeitos, procedimentos, procura de apoio, etc. e o seu alargamento, quanto antes, a todas as creches subsidiadas e não subsidiadas, com vista a uma plena cobertura do apoio à terapia precoce.

3. Criar um serviço de terapia precoce perfeito através do Planeamento dos Serviços de Reabilitação

O Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio é um planeamento-quadro para os serviços de terapia precoce. No próximo ano, vai ser efectuado um balanço dos anos 2016 a 2025, para além dos preparativos para o próximo planeamento decenal. Segure-se ao Governo que, atendendo às necessidades do futuro desenvolvimento destes serviços, defina instruções mais claras e concretas para o planeamento do pessoal, clarificando os devidos indicadores, tais como as categorias profissionais, tipos de serviços, números da oferta, etc., a fim de promover plenamente a próxima fase de desenvolvimento dos serviços de terapia precoce.

4. Reforçar a divulgação e a sensibilização da sociedade sobre a terapia precoce

Segundo o pessoal da linha de frente da área da educação, vários encarregados de educação ainda estão preocupados com eventuais preconceitos em relação aos seus filhos que recebem terapia precoce e, por consequente, escondem a doença, por terem medo do tratamento. Sugere-se ao Governo que reforce os trabalhos de sensibilização e divulgação junto dos encarregados de educação e da sociedade, para que esta tenha conhecimento correcto sobre a terapia precoce e as crianças em causa, no sentido de entender o conceito de criança com desenvolvimento tardio e as suas necessidades, e de criar uma atmosfera de ajuda mútua na sociedade. Sugere-se também que se estude a criação de um serviço de apoio e aconselhamento para os encarregados de educação, e a prestação de serviços às famílias com necessidades prementes nas diversas fases.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 15.12.2022

Redução da procura de recursos humanos para o combate à epidemia e elaboração de um plano de apoio aos desempregados

A Equipa Integral do Mecanismo Conjunto de Prevenção e Controlo da Epidemia do Conselho de Estado anunciou recentemente uma “Comunicação sobre a optimização e implementação das medidas de prevenção e controlo da epidemia do novo tipo de coronavírus” (doravante designadas por “dez novas medidas”), para melhorar ainda mais as medidas de prevenção e controlo da epidemia. Após o lançamento das novas dez medidas, todas as cidades começaram logo a aplicá-las, incluindo a demarcação rigorosa de zonas de alto risco, o ajustamento do método de isolamento, e o cancelamento de verificação dos certificados do teste de ácido nucleico e dos códigos de saúde e de percurso.

Face ao referido ajustamento, o Governo anunciou que vai otimizar, de forma gradual e ordenada, as medidas de prevenção em conjugação com a situação real, isto é, para além dos quatro locais - serviços públicos, instituições de saúde, instituições de serviço social e escolas do ensino não superior - onde é exigida a exibição do código de saúde, outros locais podem, segundo as suas condições, determinar se as pessoas que entram no local devem ou não mostrar o código de saúde. Ao mesmo tempo, não é necessário fazer o *scan* do Código de local.

É de salientar que o levantamento das medidas de prevenção da epidemia demonstra que o País e o Governo da RAEM estão a seguir o princípio científico de prevenção da epidemia, e os trabalhos de prevenção e controlo obtiveram resultados positivos. No entanto, nos últimos três anos, para acompanhar os trabalhos de prevenção epidémica, foram criados em Macau vários postos de trabalho, incluindo pessoas para recolha de amostras e assistentes aos testes de ácido nucleico, e funcionários para apoio à verificação dos Códigos de saúde e de local. Estes postos de trabalho foram, na sua maioria, ocupados por residentes, sob a fiscalização rigorosa do Governo às empresas adjudicatárias, com base na observação do princípio da prioridade à contratação de residentes. Com o ajustamento das medidas de prevenção, nomeadamente a exibição dos Códigos de saúde e de local em espaços públicos, recebi alguns pedidos de ajuda, alegando que, devido ao levantamento das medidas, muitos trabalhadores foram notificados de despedimento ou para se desvincularem por acordo, e alguns nem sequer receberam indemnização razoável, afectando gravemente as suas vidas.

É de salientar que, tendo em conta a evolução da epidemia, as diversas medidas de prevenção estão constantemente a ser ajustadas de forma científica, portanto, as referidas práticas não só são necessárias, como também aligeiram as restrições à vida da população e reduzem as inconveniências. No entanto, as autoridades devem proceder a uma avaliação prudente do ajustamento das medidas de prevenção da epidemia e de outros impactos que possam causar à sociedade, avaliar a conjuntura e definir planos de contingência, lançando, em tempo oportuno, as medidas de apoio necessárias para estabilizar a vida e o

emprego dos residentes, criando condições favoráveis para a recuperação pós-epidemia.

Assim sendo, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. Como deixa de ser obrigatório apresentar o código de saúde nos espaços públicos, como parques e mercados, a procura de recursos humanos diminuiu e alguns trabalhadores foram avisados de despedimento ou demitiram-se por acordo. As autoridades devem recolher e avaliar, o mais rápido possível, os problemas decorrentes destas medidas, nomeadamente, saber qual é o número de trabalhadores afectados e definir planos de apoio específicos, a fim de evitar o surgimento de um grande número de residentes desempregados num curto espaço de tempo.

2. Tendo em conta as medidas de prevenção e controlo da epidemia adoptadas em cada fase, as autoridades devem acompanhar, de perto, a evolução da situação do emprego e rever, de forma global, os diversos planos de apoio ao emprego actualmente em vigor, nomeadamente a formação remunerada, o “Plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores durante o período da epidemia”, as sessões de conjugação de emprego e de recrutamento, optimizando-os de acordo com a situação real da sociedade, elevando a eficácia das medidas e assegurando a prioridade e o emprego contínuo dos residentes.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 15.12.2022

Acelerar a implementação de medidas benéficas a Macau

Há dias, o Governo anunciou que, graças ao forte apoio do Governo Central, Macau ia retomar, de forma gradual, a política turística de reabertura de excursões chinesas para Macau, e esse programa piloto conta com a participação de quatro províncias e uma cidade. Sem dúvida, essa medida traduz-se num “estímulo” para o mercado, a par de impulsionar o restabelecimento da confiança da população na recuperação económica. Para o efeito, o sector do turismo de Macau tem desenvolvido muitos trabalhos preparatórios, com a expectativa de receber os turistas com a máxima cordialidade e rapidez.

Recentemente, o Governo da RAEM voltou a lançar mais um plano de apoio financeiro para excursões de quatro províncias e uma cidade, segundo o qual, serão atribuídas, no máximo, 400 patacas a cada visitante. Acrescentou ainda que haveria lugar a informações sobre a atribuição de benefícios quando houver mais relaxamento das restrições impostas a Hong Kong na passagem fronteiriça. Sem dúvida, isto contribui para aumentar a confiança do sector do turismo e impulsionar a chegada de maior número de excursões chinesas. Mas Macau está numa nova fase de implementação da política de prevenção da epidemia, e sublinha-se uma prevenção e um controlo mais precisos, o que deverá ser mais conducente à recuperação do mercado económico de Macau. Entretanto, a política de prevenção da epidemia na passagem fronteiriça continua a ser rigorosa, pois Zhuhai anunciou ontem, novamente, que a apresentação do certificado de teste de ácido nucleico com resultado negativo no prazo de 24 horas se mantinha, até 24 de Dezembro, o que levou o público a ficar preocupado com o eventual impacto dessa medida para a recuperação do mercado económico.

A retoma das excursões do Interior da China é muito importante para o desenvolvimento socioeconómico de Macau, e a prevenção da epidemia e a recuperação económica são tarefas relevantes do Governo, e nenhuma delas pode ser omitida. Assim, ao promover a entrada dos trabalhos de prevenção epidémica num período transitório, o Governo da RAEM deve reforçar a coordenação com os serviços competentes das quatro províncias e uma cidade, para implementar, quanto antes, a respectiva política de excursões, permitindo, assim, a recuperação estável da economia e do turismo de Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes opiniões:

1. Macau seguiu as políticas nacionais para otimizar as medidas de prevenção epidémica e promover, de forma ordenada, a entrada dos trabalhos de prevenção em geral num período transitório, mas algumas medidas ainda não são precisas e completas. Por exemplo, para entrar e sair de Macau através de Zhuhai, exige-se ainda o teste de ácido nucleico de 24 horas. Assim, sugiro ao Governo que aperfeiçoe ainda mais as respectivas medidas, para dar maior espaço e condições à recuperação económica de Macau.

2. As províncias e cidades do Interior da China eliminaram as restrições de testes de

ácido nucleico e impulsionaram a recuperação das actividades comerciais, por exemplo, organizaram voos *charter* para os empresários fazerem encomendas e arranjam oportunidades de negócio no exterior. A abertura gradual das excursões inter-regionais do Interior da China é, sem dúvida, mais vantajosa para Macau, mas traz também desafios competitivos para o sector do turismo. O Governo, para além, de promover os trabalhos de prevenção, deve também tomar a iniciativa de agarrar as oportunidades de desenvolvimento e acelerar a implementação de medidas benéficas, para que o sector do turismo possa receber excursões o mais rápido possível.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 15.12.2022

Atender ao agravamento do envelhecimento, e aliviar a pressão psicológica dos idosos

Nos últimos anos, o envelhecimento demográfico tem persistido, e segundo os dados, 12% da população tem mais de 65 anos, isto é, 82 mil. Com o agravamento do envelhecimento, o Governo, a sociedade e os indivíduos têm de estar bem preparados.

A protecção e os apoios no âmbito da saúde mental e cuidados paliativos são insuficientes.

Nos últimos anos, houve vários casos de suicídio, portanto, a situação da saúde psicológica dos idosos é preocupante. De acordo com as informações oficiais, nos primeiros três trimestres, registaram-se 65 suicídios de idosos, muito mais do que no ano passado, e os motivos foram doença, instabilidade emocional, conflitos interpessoais, etc.

A nossa equipa observa que, sob a epidemia, muitos idosos permanecem em casa, têm pouco contacto com as pessoas, e em consequência, sofrem pressão psicológica. Isto, se aliado a doenças crónicas, pode levar à ideia de suicídio.

Há que tomar a iniciativa de conhecer a situação dos idosos, de modo a reforçar o carinho por eles, ajudando-os a evitar a solidão. Na minha opinião, deve haver uma boa articulação entre o Governo e as associações, para se formar uma rede de serviços mais abrangente, reforçando as visitas aos idosos nos bairros comunitários e tomando a iniciativa de detectar os idosos com problemas ocultos.

O Governo e as associações podem realizar diversas actividades para atrair a participação activa dos idosos, aumentar o seu sentimento de participação e pertença, e ajudá-los a construir uma atitude positiva face à vida. Há ainda que promover, activamente, a coesão social, o respeito pelos idosos e o amor pela família, e, especialmente, a educação para o respeito pelos pais, por exemplo, "piedade filial e benevolência", "respeito pelos professores", e a criação de famílias "com harmonia e amor intergeracional".

Os cuidados paliativos são uma parte importante da procura de serviços de apoio aos idosos, as regiões vizinhas também promovem activamente estes serviços; Macau ainda está numa fase inicial, neste momento só dispõe de 60 camas, e os respectivos diplomas complementares ainda não são perfeitos, o que merece a atenção da sociedade.

Na minha opinião, é necessário criar uma atitude racional face à morte, especialmente no caso dos idosos, que estão constantemente a ser influenciados pelo conceito tradicional de morte e se sentem impotentes perante os últimos tempos da sua vida. O acompanhamento dos familiares é pilar espiritual e fonte de confiança para os idosos, para aliviar a carga e a pressão psicológicas, além de poder aumentar também a sua sensação de segurança e a autoconfiança para lutar contra a doença, para os idosos poderem sentir mais

apoio e segurança na terceira idade, bem como dignidade de vida e carinho da sociedade.

Sugere-se ao Governo que reforce a divulgação e a educação, cooperando com as associações para, através de palestras e actividades, divulgar os serviços de apoio durante a fase final da vida, no sentido de orientar os cidadãos para valorizarem a vida e viverem uma vida activa. O Governo deve também proceder a estudos quanto às políticas e legislação complementares, promovendo o trabalho legislativo e respectivo planeamento.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 15.12.2022

Aproveitar bem a rota da seda marítima, para servir as estratégias nacionais

No próximo ano, assinala-se o 10.º aniversário das iniciativas “Faixa Económica da Rota da Seda” e “Rota Marítima da Seda do Século XXI”, mais conhecidas como “Uma Faixa, Uma Rota”. No mês passado, com o apoio da Administração Nacional do Património Cultural, o Governo levou a cabo, durante dois dias, o Fórum Cultural Internacional sobre a Rota Marítima da Seda, que conseguiu reunir, apesar da epidemia, especialistas de renome nacional e internacional, para trocar opiniões presencialmente. O evento foi frutífero.

No século XVI, Macau foi bastião do intercâmbio cultural entre o oriente e o ocidente, e porta para a cooperação económica e comercial entre a China e o exterior, pois funcionou como interposto de produtos chineses ao longo da rota marítima da seda, portanto, os nossos patrimónios, quer materiais quer intangíveis, são provas dessa história. Macau aderiu, em 2019, à Aliança das Cidades para a Protecção da Rota Marítima da Seda e Candidatura Conjunta ao Património Cultural Mundial, para participar activamente na promoção da preservação e estudos dos registos históricos, exposições, aproveitamento, divulgação e publicitação. Durante o fórum, o objectivo foi clarificado através do lançamento da Iniciativa de Macau sobre a Protecção da Rota Marítima da Seda e Candidatura Conjunta ao Património Cultural Mundial.

A Rota da Seda Marítima tem importantes valores históricos e reais para Macau, pois prende-se com o intercâmbio com o exterior, comércio e turismo, cultura e educação, e está ligada à construção do “centro, plataforma e base”, e à prática da Política “Um País, Dois Sistemas” na nova era, bem como à integração no desenvolvimento nacional. Quando a rota marítima da seda for classificada património mundial, além do centro histórico, Macau terá mais um cartão de visita. Temos de potenciar as nossas vantagens, para servir as estratégias nacionais, e aproveitar bem as oportunidades. Assim, apresento três sugestões:

1. Reforçar a divulgação e o planeamento do desenvolvimento em Macau da conservação da Rota Marítima da Seda e a sua integração na Lista do Património Mundial

A base social é crucial. Para além dos sectores cultural e académico, as autoridades podem considerar convidar os representantes dos sectores político e comercial, os chineses regressados do estrangeiro e os representantes das associações juvenis para várias discussões, a partir das perspectivas de promoção da economia, do intercâmbio de pessoas e da aprendizagem da cultura chinesa, de modo a reunir a sabedoria da comunidade e fazer bom uso dos recursos da Rota da Seda, para encontrar um novo foco para o desenvolvimento global de Macau.

2. A Aliança da Rota Marítima da Seda envolve 28 cidades, que trabalham em conjunto para promover o comércio, a cultura e o turismo.

As cidades aliadas são Fuzhou, Ningbo, Nanjing, Chaozhou, Changsha, Xangai, Suzhou e Zibo, entre outras, cada uma delas com as suas próprias características que vale a pena explorar. As autoridades podem divulgar informações sobre as cidades da Rota da Seda junto de organizações culturais e económicas, prestando apoio e encorajando as empresas a aproveitarem os recursos de outras cidades para enriquecer as actividades económicas, comerciais e festivas de Macau, de modo a alcançar benefícios mútuos e animar o ambiente na cidade. Um exemplo de colaboração bem-sucedida é o Festival da Cerveja e Cultura de Macau e Qingdao, que é também uma das cidades aliadas.

3. Juntar forças para melhorar a educação.

Apoiar os museus na criação de uma galeria temática sobre a Rota da Seda Marítima, ligada à cultura histórica e geográfica local, ilustrando o papel histórico e actual de Macau, e juntando as forças da sociedade. Através da cooperação com as instituições culturais e museológicas dos países ao longo da Rota da Seda Marítima, planear uma exposição temática anual em torno da referida Rota e aprofundar o conhecimento mútuo das civilizações.

No relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o presidente Xi Jinping afirmou: “A construção de uma comunidade global de futuro compartilhado relaciona-se estreitamente com o futuro de todos os povos do mundo. Todos os seres coexistem sem causar danos uns aos outros, e as leis da Natureza funcionam sem se atrapalharem umas às outras.”. “Uma Faixa, Uma Rota” mantém sempre bem alto a bandeira da paz, desenvolvimento, cooperação e benefício mútuo, sendo a melhor demonstração de que, “quando reina o grande Tao, o mundo pertence a todos”. O museu possui funções educativas, pois deve servir como sala de aula permanente do ensino básico de Macau, para organizar exposições históricas e culturais, incluindo o tema “Rota da Seda Marítima”, assumido a posição chinesa e uma visão global, e contribuir para formar uma nova geração com autoconfiança cultural, sentimento de amor pela Pátria e por Macau, e sentido de responsabilidade no mundo.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 15.12.2022

Procurar a realização periódica de eventos desportivos, para constituírem uma nova força motriz para o desenvolvimento da indústria

No 2.º Plano Quinquenal, foi proposta a integração intersectorial, sendo o “turismo+desporto” considerado pelo Governo e pela população um dos rumos de desenvolvimento viáveis. É reconhecido mundialmente que a comercialização do desporto de competição é um modelo de promoção do crescimento económico na sociedade moderna, pois, além das receitas directas vindas da venda de bilhetes e lembranças, patrocínios, publicidade e transmissão televisiva, pode trazer grandes benefícios para as indústrias correlacionadas. Por exemplo, a Taça Mundial de Futebol, realizada em cada quatro anos, capta sempre a elevada atenção do mundo todo e, em Macau, muitas concessionárias do jogo e restaurantes organizam actividades para assistir aos jogos e levar os clientes a consumirem.

Os eventos desportivos podem contribuir para explorar oportunidades de negócio, aumentar o nível desportivo dos locais de organização, aperfeiçoar as respectivas instalações, criar uma nova imagem e captar atenção. Por exemplo, desde 2007, a *National Football League* (NFL) começou a organizar periodicamente o *London Bowl* no Reino Unido, e tem aumentado o número de fãs quer ingleses quer da Europa; há alguns anos, as equipas inglesas construíram novos campos destinados ao futebol americano e ao rãguebi, e assinaram com a NFL um acordo, segundo o qual, durante os 10 anos da abertura ao público desses campos, há que organizar lá, pelo menos, dois jogos da NFL por ano. Isto contribui para aumentar as instalações desportivas, alargar o horizonte da população relativo a novos tipos desportivos, trazer oportunidades de negócio estáveis e duradouras para as indústrias correlacionadas e respectivos operadores, e aumentar os contributos da indústria do desporto para a diversificação económica.

Para além do Grande Prémio, Macau organizou, nos últimos anos, várias competições com características próprias e diferenciadas, como as Regatas Internacionais de Barcos-Dragão, a Regata Internacional de Macau, entre outras, demonstrando a sua capacidade geral. Tendo em conta que o Governo vai organizar, em conjunto com as operadoras do jogo, um grande número de eventos desportivos, acredita-se que será possível criar novas oportunidades para o desenvolvimento conjunto do desporto e do turismo, impulsionando ainda mais o desenvolvimento do sector desportivo de Macau, para além de chamar a atenção para as indústrias correlacionadas.

Assim, apresento as três seguintes sugestões:

1. Tentar a realização em Macau de competições nacionais e internacionais, como as da Associação Nacional de Basquetebol (NBA) e da Federação Internacional de Futebol (FIFA), eventos desportivos muito procurados pelas pessoas de Macau e reconhecidos a nível mundial. No início, podemos organizar estas competições uma vez por ano e, pouco a pouco, passamos a realizá-las determinadas vezes por ano, injectando-se assim uma nova energia para o desenvolvimento estável da indústria desportiva de Macau. Assim, será

possível permitir a Macau organizar várias competições internacionais com características próprias, reforçar o interesse dos residentes pelos eventos desportivos mundiais, como de futebol e basquetebol, e aumentar o grau de atenção, envolvimento e participação dos residentes e turistas na indústria desportiva de Macau.

2. Sugerir ao Governo que preste atenção ao desenvolvimento “precedente” e a “jusante” do sector desportivo. Por exemplo, ter como objectivo a criação de uma base internacional de formação desportiva, para introduzir organismos internacionais, e isto pode reforçar a formação dos respectivos talentos locais. Incentivar, especialmente, a realização de formação internacional para treinadores, árbitros e outros técnicos auxiliares, e atrair a participação dos estrangeiros nessas formações, para alargar a fonte de turistas, o que pode, por um lado, aumentar o profissionalismo do pessoal que presta serviços nos eventos internacionais e, por outro, alargar, através da formação de alto nível, o mercado internacional, para que mais turistas escolham Macau como destino turístico.

3. Sugerir ponderar a integração da medicina desportiva e do tratamento de reabilitação numa das disciplinas específicas do futuro desenvolvimento do Hospital das Ilhas, para complementar o *hardware* e o *software* necessários para o desenvolvimento da indústria desportiva. Aproveitar, ao mesmo tempo, as vantagens específicas da medicina tradicional chinesa, para promover o desenvolvimento integrado entre a medicina desportiva e os serviços quiropráticos tradicionais, enriquecendo a base da cultura chinesa.

É de salientar que a formação de treinadores e árbitros e a reabilitação de atletas têm um grande potencial de industrialização em Macau, proporcionando assim mais uma escolha profissional aos locais. Por último, espera-se que o desenvolvimento da indústria desportiva se torne não só uma força motriz para promover a diversificação económica, mas também um ponto de apoio para satisfazer as necessidades da vida de alta qualidade da população e melhorar a sua qualidade de vida.